



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 09 DE FEVEREIRO DE 2024

N.º 1/2024/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho; -----

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 09 de fevereiro de 2024;-----

Mesa (CDS/PP):-----

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;-----

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;-----

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal.-----

Membros eleitos pelo CDS/PP:-----

- José António Abrantes Soares de Almeida;-----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;-----

- Luciana Ferreira Vasconcelos, em suplência de Sónia Isabel Vide Almeida

Rodrigues Sá;-----

- José do Nascimento Peres;-----

- José Augusto Tavares Ferreira;-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

- Daniel Alexandre Martins Gonçalves;-----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;-----

- Ricardo Jorge da Costa Oliveira, em suplência de Alexandra Pinho;-----

- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa;-----

Membros eleitos pelo PS-----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho; -----

- Ana Raquel Tavares Pinheiro; -----

- José Hermínio Tavares Fernandes; -----

2024.02.09

- Ricardo Filipe dos Santos Pinho Gomes de Aguiar, em suplência de Diana Martins Abrantes Leite; -----

Membros eleitos pelo PSD: -----

- João Paulo Carvalho da Silva; -----

- Rosária de Fátima Leite Tavares; -----

- Ana Catarina Almeida Cardoso da Costa, em suplência de Ana Rita Fernandes Martins; -----

- Daniel Alexandre Martins Barbosa; -----

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP): -----

- Arménio Tavares Lige, Arões; -----

- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos; -----

- Henrique Martins Pereira, Junqueira; -----

- António Luís Martins da Costa, Rôge; -----

- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões; -----

- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho; -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): -----

- Víctor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra; -----

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal **o Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** e nos termos do n.º 3 da legislação atrás referida assistiram à sessão, **os vereadores:** -----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes; -----

- Mónica Pinto Seixas; -----

- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho; -----

- André Agostinho Martins da Silva; -----



- Tiago Correia Fernandes; -----

- Frederico da Costa Martins. -----

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal: -----

a) Informações diversas; -----

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de novembro de 2023; -----

c) Período de intervenção dos senhores deputados municipais e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações; -----
2. Apresentação do Relatório de Atividades 2023 da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vale de Cambra; -----
3. Prestação de Contas Semestral – 1.º Semestre de 2023; -----
4. Demonstração do Desempenho Orçamental de 2023; -----
5. Celebração do contrato de contração do empréstimo 1/2023; -----
6. Alteração Orçamental Modificativa do Orçamento 2024; -----
7. Regulamento das Atividades de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e da Ação Social Escolar da Rede Pública do Concelho de Vale de Cambra;-----
8. Toponímia – Freguesia de Arões: alteração nos limites do Lugar de Arões;
9. Toponímia – Freguesia de Junqueira: criação do Lugar de Arestal. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.---

2024.02.09

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respectivas minutas.-----

Pelas 20 horas e 5 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de vinte e oito deputados municipais, **o Sr Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa,** Manuel Miguel Pinheiro Paiva, **declarou aberta a sessão que se realizará de acordo com a Ordem de Trabalhos da qual deu conhecimento.** -----

Cumprimentou o Sr. Presidente, a Vereadora e Vereadores da Câmara Municipal, os seus pares da Mesa e restantes Deputados Municipais, o secretariado, o staff da transmissão online, o público presente, bem como, todos quantos iriam acompanhar a sessão em suas casas, aos quais deixa um bem-haja. -----

Comunicou a ausência dos seguintes deputados municipais que, a seu pedido, foram substituídos nos termos do artigo 79º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações, conforme se refere: -----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá, por motivos profissionais (comunicação recebida em 09/02/2024) substituída por Luciana Ferreira Vasconcelos; -----
- Alexandra Pinho, por motivos profissionais (mensagem recebida em 30/01/2024, ausência justificada pela Mesa), substituída a seu pedido por Ricardo Jorge da Costa Oliveira; -----
- Ana Rita Fernandes Martins, por motivos privados (mensagem recebida em 07/02/2024, ausência justificada pela Mesa), substituída a seu pedido por Ana Catarina Almeida Cardoso da Costa; -----
- Diana Martins Abrantes Leite, por motivos profissionais (mensagem recebida em 30/01/2024, ausência justificada pela Mesa), substituída a seu pedido por Ricardo Filipe dos Santos Pinho Gomes de Aguiar, por



impossibilidade de preenchimento da vaga pelo membro imediatamente a seguir a esta, na lista do respetivo partido. -----

O Sr. Presidente da Mesa informou que, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações, em representação da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins se encontra presente **Ana Catarina Almeida Cardoso da Costa** que, por ser a primeira vez que participa numa sessão da Assembleia Municipal, **vai tomar posse como Deputada Municipal**, para que assim, possa participar na presente sessão. -----

Após verificação da identidade, é lido o Auto de tomada de posse pela 2ª Secretária da Mesa, Rita Casal, que o assina juntamente com a investida e com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à consideração dos presentes, a **aprovação de um voto de pesar** pelo falecimento de José Martins de Oliveira Coelho, subscrito pelas três bancadas, que de imediato, o 1.º Secretário passou a ler: -----

“Faleceu no passado dia 09 de janeiro, o Sr. José Martins de Oliveira Coelho.-----
Natural da freguesia de Macieira de Cambra, onde nasceu no dia 16 de janeiro de 1949, deixa esposa e dois filhos, além da demais família e muitos amigos.-----
Cidadão atento e Munícipe interventivo, colaborou com diversas Instituições, de entre as quais sobressai a “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra”, na qual foi bombeiro e era, à data do decesso, 1º Secretário da Direção, dedicando-se ainda a causas públicas diversas, no âmbito das quais foi Membro desta Assembleia Municipal, em vários mandatos e até 2013. -----
É, por isso, com enorme consternação que a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, lamentando tamanha perda, recorda, com emoção, o José Coelho, enquanto homem, munícipe e amigo, cuja memória perdurará nos nossos corações. -----

2024.02.09

Por tudo isso, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão de 09 de fevereiro de 2024, presta homenagem ao Sr. José Martins de Oliveira Coelho, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à Exm.^a Família, as mais sentidas condolências. -----

Vale de Cambra, 09 de fevereiro de 2024 -----

Os Proponentes, -----

(Membros da AM eleitos pelo CDS-PP, PS e PSD) -----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o voto de pesar pelo falecimento de José Martins de Oliveira Coelho, a transmitir à respetiva família. ---
De seguida foi proposto e feito um minuto de silêncio. -----

O SR. PRESIDENTE DA MESA DEU INÍCIO AOS TRABALHOS DA SESSÃO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal: -----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS: -----

O Sr. Presidente informou que o Gabinete da Assembleia Municipal, sito nos Paços do Concelho, se encontra de novo aberto aos membros da Assembleia Municipal e munícipes em geral, durante o horário de expediente. -----

Informou ainda que seria realizada uma sessão extraordinária no dia 29, em simultâneo com as restantes Assembleia Municipais da Área Metropolitana do Porto, para a eleição do membro do respetivo Conselho Metropolitano, conforme convocatória que seguirá oportunamente. -----

Informou os deputados municipais dos diversos eventos onde esteve presente ou delegou a presença, em representação da Assembleia Municipal, desde a última sessão da Assembleia Municipal. -----

Por último, disponibilizou a pasta da correspondência expedida e recebida, para eventual consulta. -----



b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 2023: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 28 membros presentes, aprovar a ata da sessão ordinária de 25 de novembro de 2023. -----

c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais pela ordem da sua inscrição:-----

O deputado municipal Jorge Tiago Pinho cumprimentou todos os presentes. ---
Parabenizou o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela transmissão da sessão online, sugerindo a continuação dessa transmissão nos próximos dois anos, pela proximidade e confiança, porque permite às pessoas de todo o concelho assistir às mesmas em direto ou posteriormente, pelo que espera que fiquem disponíveis para mais tarde poderem ser visualizadas. -----

Deixou o desafio ao Sr. Presidente para que também seja feita a transmissão online das reuniões públicas da Câmara Municipal. -----

Referiu que a empresa de transportes coletivos UNIR, que opera no concelho, está a demorar muito tempo a unir os vários lugares de Vale de Cambra e a unir Vale de Cambra com os concelhos vizinhos, em particular com o Porto, perguntando ao Sr. Presidente para quando estaria prevista a normalização dessa situação. -----

Estando previsto um reforço no orçamento de oito milhões de euros, apelou a um olhar mais atento do executivo para o setor da água e do saneamento, embora Vale de Cambra seja um concelho que tem a água mais barata da região do Porto, continua o seu descontentamento por ela não chegar a todo o concelho, porque a água e o saneamento contribuem para a melhoria da saúde pública. -----

2024.02.09

Por fim, perguntou ao Sr. Presidente para quando está prevista a entrega das medalhas de mérito municipal à família do Professor Alberto Bastos e às Bandas Filarmónicas. -----

O deputado municipal João Carvalho da Silva cumprimentou todos os presentes e proferiu a seguinte intervenção:-----

“Antes de mais quero dar os parabéns ao Sr. Presidente, porque, ao fim de dois anos de luta insistente finalmente conseguimos ter uma coisa simples, mas complexa, que é a emissão online desta Assembleia. De facto, hoje todos os Valecambrenses, independentemente se estão em Portugal ou em qualquer parte do mundo, têm a oportunidade de ouvir a voz daqueles que elegeram para os representar, não só no órgão da Assembleia Municipal, mas na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia. Obrigado, Sr. Presidente. Como vê, não custou nada e é um passo importante na inovação e também um passo importante para os desafios que temos para futuro. -----

Mas falta ainda o nosso Regimento, que é extremamente importante por uma razão: o nosso Regimento faz sentido, para colocarmos algum rigor, mas também para darmos oportunidade, sobretudo aos cidadãos de Vale de Cambra que querem vir à Assembleia Municipal para intervir, expor os seus problemas, as suas preocupações, não no fim da ordem de trabalhos já tarde, (pessoas que trabalham por turnos, outras que estão cansadas da semana de trabalho) mas para que possam fazê-lo no início das sessões. Portanto, Sr. Presidente, falta este passo,e eu tenho a certeza que vamos fazê-lo em breve e tenho a certeza que, juntamente com as emissões online, vamos dar este passo em conjunto.-----

Sr. Presidente, eu tenho algumas questões que gostava de ver esclarecidas e alguns documentos que gostava de solicitar: -----

A primeira questão tem a ver com o Regimento da Assembleia Municipal, do qual já falei. -----



A segunda tem a ver com as comemorações do 25 de Abril. -----

Quis o destino que esta data em que a democracia celebra as suas bodas de ouro, coincidissem com os mandatos em que eu e o senhor estivéssemos a exercer um cargo público. -----

O senhor a liderar os destinos do nosso Município e eu a exercer a exigente missão de fiscalizar o trabalho do Sr. Presidente e do seu executivo. -----

Creio que estamos de acordo que não é todos os dias que se celebram 50 anos de democracia e por consequência, 50 anos de um exercício livre e pleno nas nossas instituições públicas. -----

Sem esta revolução, provavelmente nós os dois não estaríamos sentados nestas cadeiras. Eu tenho a certeza absoluta que não estava. -----

Quero desta forma então perguntar ao Sr. Presidente, se já existe um programa digno da data que assinalamos, onde se celebre a democracia no seu pleno e onde todas as forças políticas possam ter voz, sem habilidades partidárias ou estratégicas. -----

Creio que todos nós não queremos voltar a assistir a uma triste cerimónia, como a do ano passado. -----

Creio que o Sr. Presidente aprendeu, de certeza, com os erros cometidos na última comemoração e, este ano, no dia 25 de abril, estaremos com certeza orgulhosos da enorme celebração que vamos fazer. -----

Assim, volto a perguntar se já há um programa e se pode partilhar com esta Assembleia o que tem planeado. -----

Sr. Presidente, em conformidade com o que tenho vindo a defender ao longo das últimas sessões, questiono se haverá obras estruturantes no largo da feira: o piso deste recinto está lastimável e creio que estamos de acordo, que os nossos feirantes não só os de Vale de Cambra, mas também os que nos visitam e pagam

2024.02.09

as suas taxas e os Cambrenses que lá fazem as suas compras, merecem mais e melhor. -----

O Sr. Presidente sabe que também pode aproveitar este espaço tanto para estacionamento como para eventos ao ar livre ficando com uma zona, numa mítica frase que o senhor gosta tanto, «no coração da cidade». -----

Assim, pergunto: o Sr. Presidente vai terminar o seu mandato com esta importante obra feita para os Cambrenses? -----

Sr. Presidente, alguns trabalhadores da Câmara Municipal abordaram-me sobre um tema que me preocupou e preocupa e espero que o senhor me esclareça: queixam-se que existe uma avaliação de desempenho que já vai com um ano de atraso, e o Sr. Presidente sabe as implicações que isto tem na vida dos nossos trabalhadores. Repare, que estamos a falar das mulheres e homens que saem do conforto das suas casas, para acudir quando uma tampa de saneamento levanta numa inundação, que estamos a falar das mulheres e homens que trabalham todos os dias para a nossa comunidade. -----

Por isso, a minha pergunta é: é verdade que já vamos com um ano de atraso? sim ou não? -----

A ser verdade, é vergonhoso. -----

Um Município que se gaba de pagar a sete dias aos seus fornecedores e, como dizem alguns deputados do CDS, que o Município tem os cofres cheios, não é capaz de garantir a justa e atempada avaliação das mulheres e homens que trabalham para executar as ideias dos senhores. Isto é inadmissível. -----

A ser verdade, estas mulheres e homens já poderiam estar a usufruir de um vencimento melhor há algum tempo; dinheiro este que é importantíssimo para a sua gestão familiar, nomeadamente para aqueles que recebem os salários mais baixos. -----



Sr. Presidente, depois de ler as atas das reuniões de Câmara, fiquei com algumas questões, algumas dúvidas e, gostava de solicitar ao Sr. Presidente, com a urgência que a lei lhe impõe, toda a documentação referente ao procedimento de Consulta Prévia n.º10/2023 para a elaboração das operações de reabilitação urbana, solicito também, que o Sr. Presidente me informe o estado de execução deste procedimento e se, relativamente ao mesmo, já foram emitidas faturas e feitos pagamentos. Se sim, junte também esta documentação. Peço-lhe urgência na disponibilização destes documentos, pois quero estudar e usar os meios legais ao meu dispor para esclarecer as minhas dúvidas. -----

Sr. Presidente, a sua grande obra é a requalificação do Centro de Artes e Espetáculos. -----

Pergunto se o Sr. Presidente vai inaugurar a obra do Centro de Artes e Espetáculos antes de terminar o seu mandato, ou vai aproveitar a sua única obra, que conheço, como uma rampa de lançamento de candidatura para o próximo candidato. -----

Outro assunto: O PDM, quando? Sr. Presidente não sei como está, mas aproveito para fazer uma pergunta muito simples: se neste grande e complexo PDM, está contemplado o acesso estratégico da zona industrial Lordelo/Codal ao nó da A32? Se o Sr. Presidente me disser que este nó está contemplado no seu Plano, tenho alguma esperança neste documento desconhecido. Este acesso poderá ser um enorme estímulo ao investimento, uma enorme ajuda para o escoamento da produção de equipamentos de grandes dimensões da nossa indústria e, repito, será um excelente estímulo ao investimento da nossa indústria. -----

E termino Sr. Presidente, até nem estava muito para tocar nisto, mas como jovem não posso deixar passar em claro. Eu li atentamente a sua entrevista no jornal e há um ponto que nem é direcionado a mim em especial, nem à bancada que eu lidero, o PPD PSD, mas chocou-me, porque não acredito que o Sr. Presidente

2024.02.09

creia verdadeiramente, que um jovem, que alguém que se disponibiliza para a causa pública, tem uma espécie de medidor de competências. A mim mete-me alguma confusão. A experiência não se ganha com a idade, ganha-se com a forma com que nós estudamos, vivemos intensamente. Ora, eu posso ter trinta anos e ter um ano de experiência na minha vida profissional ou posso ter trinta anos e ter dez, quinze, vinte anos de experiência profissional. Ora, eu posso ter trinta anos e ter casa, ser pai de filhos e saber gerir uma casa, saber gerir um orçamento familiar e posso ter cinquenta sessenta, setenta anos e não ter essa experiência. Portanto, Sr. Presidente, e peço-lhe desculpa pelo tempo, quero dizer-lhe o seguinte porque fiquei triste, porque de facto todos os jovens que votaram em si, todos os jovens que vão no dia das eleições às urnas, vão por consciência, vão por responsabilidade e votaram da mesma forma que os ditos mais experientes também votaram. Portanto, Sr. Presidente, quero-lhe dizer que com toda a minha imaturidade, estou aqui, hoje, a uma sexta-feira, a discutir consigo olhos nos olhos, o futuro do nosso Município.” -----

O deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Víctor de Sousa Tavares, cumprimentou todos os presentes. -----

Congratulou a Câmara Municipal pelo desenrolar dos trabalhos de saneamento na Freguesia, manifestando o seu agrado por alguns já estarem na sua fase final. No caso de Algeriz, Padrastos e Lourosa, disse ter sido efetuada uma primeira fase que terminará dentro em breve e, porque o saneamento não foi feito na totalidade do lugar, houve algum burburinho e algum desconforto nas pessoas que não estão a ser contempladas com esta rede, conforme comunicado pessoalmente ao Sr. Presidente, ao qual perguntou se já existe calendarização para a segunda fase ou o terminus do saneamento nos lugares que atrás referiu. - Disse ter apresentado, na última sessão da Assembleia, uma proposta para a aquisição de cisternas para as juntas de freguesia, para colmatar a falta de rede



de saneamento em alguns locais, principalmente naqueles mais remotos do concelho, questionando se a sua proposta tinha sido analisada e se já havia alguma decisão. -----

Sobre a questão dos madeireiros e dos seus trabalhos florestais, que considera um flagelo no concelho, por ver destruídos caminhos florestais, a sinalização em vias públicas, estradas, bermas e valetas, pediu uma fiscalização mais atenta sobre essa questão, porque além do prejuízo material, as intervenções dos madeireiros podem, muitas vezes causar danos corporais nas pessoas, dado os detritos deixados na via pública, os quais podem ocasionar acidentes, sendo importante que a Câmara possa responsabilizar quem os provoca. Em sua opinião, existe uma certa sensação de impunidade por parte dos madeireiros, como que “é tudo nosso”, como dizem na gíria, disse. -----

Congratulou a Câmara Municipal porque finalmente o seu estaleiro de máquinas em Macieira de Cambra, local que tinha uma imagem muito desagradável, estava agora a ser limpo, deixando a quem passa, uma imagem mais aprazível. -----

Terminou a sua intervenção, convidando todos os presentes para a sessão evocativa dos 510 anos do Foral Manuelino à Terra de Cambra, “marco importante para a nossa terra e para o nosso concelho”. -----

O deputado municipal José Soares de Almeida saudou todos os presentes. ----

Saudou ainda, de uma forma especial, calorosa e amiga, frisou, em seu nome pessoal e em nome da bancada CDS/PP, todos os Valecambrenses que acompanhavam a sessão através da transmissão online, tanto os que vivem no concelho, como os que vivem em Portugal e também os que estão espalhados pela diáspora.-----

Cumprimentou a agora empossada como membro desta Assembleia Municipal, Dr.ª Ana Catarina Almeida, desejando-lhe as maiores felicidades. -----

2024.02.09

Pretende na presente intervenção, abordar um tema do qual se tem falado muito, dentro e fora da Assembleia, que é, o aproveitamento dos fundos comunitários, que, tanto de forma defensiva, como de forma ofensiva, tem sido muitas vezes usado como uma arma de arremesso sobre o executivo, bem como discutido sem dados objetivos.-----

Informou que recentemente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte publicou um estudo sobre o aproveitamento dos fundos comunitários do Portugal 20 20, no investimento da esfera municipal até ao final de Junho de 2023, cujos dados considera muito objetivos e credíveis. -----

Começou por referir que, na região norte foram utilizados 41% de todos os fundos comunitários a nível nacional, e que, dos 17 concelhos da Área Metropolitana do Porto, o concelho de Vale de Cambra foi o terceiro que melhor os aproveitou, em termos de fundos aprovados por habitante, resultando o montante de 571,20€/por cidadão.-----

Informou que, o projeto de toda a Área Metropolitana do Porto que consumiu mais fundos comunitários, foi um projeto no concelho do Porto, que é a capital da Área Metropolitana e salientou que o concelho de Vale de Cambra conseguiu aprovar 37 projetos, num montante de investimento elegível total de 14 425 000€, e fundos aprovados de 12 151 000€; Explicou que a média por habitante na Área Metropolitana do Porto foi de 305,60€ e que, cada habitante do concelho de Vale de Cambra, teve mais 87% daquilo que foi a média de um habitante da AMP. Concluiu afirmando que os dados apresentados são dados objetivos, credíveis e públicos, os quais não podia deixar de apresentar, dado que tiram as dúvidas nas muitas discussões sobre o assunto. -----

O deputado municipal José Hermínio Fernandes cumprimentou todos os presentes. -----



Disse fazer suas, as palavras do Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra sobre a movimentação de máquinas dos madeireiros, nas terras e caminhos agrícolas, pois que presenciara os trabalhos das máquinas de lagartas nos caminhos, os quais ficaram revolvidos e “desmembrados”, os combros, muros da limitação dos matos, postos abaixo, deixando rasgos nos caminhos ao ponto de um trator mais pequeno está sujeito a virar; solicita, assim, à Câmara Municipal a execução de uma fiscalização, ou a realização de um trabalho que não permita a degradação dos caminhos nas aldeias. -----

Por último, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, os documentos relativos à Consulta Prévia N.º10/2023. -----

O deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Soares, cumprimentou todos os presentes. -----

Disse ser uma grande surpresa a transmissão online sendo, para si, um grande gosto falar para mais Valecambrenses e também para quem está no estrangeiro.

Parabenizou a nova deputada municipal Castelonense, filha de um ex-Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, manifestando, por isso, o seu apreço e desejando que tudo lhe corra bem, acrescentando que é bom ver jovens na política, porque na sua maioria estão cada vez mais afastados, fazendo um apelo para que todos os jovens e todas as pessoas pensem bem no dia 10 de março, pois poderá estar em causa o concelho que também é feito das políticas nacionais, devendo-se meditar um pouco sobre o que querem do futuro. -----

Felicitou o Sr. Presidente pelo reforço de algumas rubricas do Orçamento, afirmando que no que diz respeito à sua freguesia, continuará a geri-la com todo gosto até ao final do seu mandato, dando sempre o seu melhor, como tem feito até ao presente dia. -----

Em relação à Alameda da Senhora da Saúde, disse ter visto antes do Natal uma rubrica com um valor baixo, e que, apesar de ter sido reforçado, no seu

2024.02.09

entendimento o atual valor não vai dar para concluir a obra, ambição de tantos políticos que já passaram pela Assembleia Municipal, bem como dos que estiveram à frente dos destinos do concelho, e que continuará a ser uma ambição de muitos. Afirmou que a Senhora da Saúde não é só de Castelões, é de Vale de Cambra, é de todos os romeiros e de todas as pessoas que a visitam, e foi sempre um lugar que nunca teve pessoas que olhassem realmente pelo local, por isso vê na construção da Alameda, uma grande e alargada motivação para pegar naquele parque e em toda a sua envolvência, e construir algo realmente digno do lugar que é. -----

Quanto ao PDM e ao momento em que ele for publicitado, espera que este não tenha nenhuma surpresa em relação à zona do Parque da N.ª Sr.ª da Saúde, sendo o seu sentido de voto de acordo com o que nele aparecer. E profere esta afirmação, dado que, aquando de uma reunião de preparação, alertou para algumas situações, por haver neste mais zonas agrícolas, ao ponto de apelar para a constituição de um gabinete de apoio à agricultura; pois sendo a agricultura a base do concelho de Vale de Cambra, constata que esta se está a perder cada vez mais. Verificou que vai ser permitida pouca área para construir um anexo de apoio à agricultura o que leva ao conseqüente abandono da agricultura, sobrando para as juntas de freguesia, terrenos que ficam abandonados, que geram mais reclamações na Câmara Municipal, dos proprietários envolventes aos terrenos que depois ficam a monte. Em sua opinião, deve a autarquia local reivindicar e manifestar-se quanto ao que pretende em relação ao PDM, porque não são as pessoas de longe que têm de tomar conta do “nosso” território, mas sim os Valecambrenses que estão próximos e que conhecem as dificuldades diárias, dizendo que fará o que estiver ao seu alcance para inverter essa disposição de limitação à área de construção prevista no novo PDM. -----



[Handwritten signature]

Perguntou ao Sr. Presidente o ponto de situação da reabilitação da praia fluvial de Burgães que, sendo uma zona muito próxima da zona urbana, podia ter ainda mais condições, porque a considera um cartão de visita para S. Pedro de Castelões e para Vale de Cambra. -----

Pedi novamente que fosse pensada a ideia da cisterna para a recolha de esgotos, dado que, infelizmente, não é possível ligar o saneamento em todo o território do concelho, pelas condições que este apresenta, sabendo que, apesar do esforço no aumento da rede de saneamento, ainda há pessoas que reagem contra a ligação da rede pública que têm disponível à sua porta. -----

Sugeri ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a realização de um inventário das pessoas que tenham condições para ligar os esgotos ao saneamento existente, isto porque há muita gente que ainda não tem rede de abastecimento de água, usando a água de poços e minas, sendo esta uma forma para que quem não fez a ligação, o fazer, por uma questão de saúde pública. Mais referiu que a situação no lugar de Janardo se arrasta há muitos anos, e que devia ser resolvida porque não estão nas devidas condições as ligações que foram feitas há anos.

Desejou a todos um bom carnaval, voto extensivo a todos os que estavam a assistir à sessão em suas casas, através da transmissão online. -----

O deputado municipal Jorge Tiago Pinho em complemento ao referido sobre os caminhos degradados pelos madeireiros, informou que o caminho que liga a estrada da Aguincheira ao fundo de Cavião, freguesia de S. Pedro de Cateloes, estava completamente destruído. -----

O Sr. Presidente da Mesa, respondendo a questões a si colocadas, informou que é do conhecimento dos senhores deputados municipais que o Regimento está a ser elaborado pela jurista da Câmara Municipal, Márcia Ferreira da Silva, tendo esta informado que o teria concluído, mas apenas manuscrito. Entretanto,

2024.02.09

ficou de baixa médica, não tendo tido a possibilidade de o apresentar na devida forma, o que fará, mal retome a sua atividade laboral. -----

Quanto às comemorações do 25 de Abril, informou estarem a ser delineadas atividades e eventos em estreita colaboração com a Câmara Municipal, mais concretamente com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro e com a Sr^a. vereadora Mónica Seixas, sendo sua intenção promover uma reunião com os representantes das bancadas, para abordarem alguns aspetos dessas comemorações. -----

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que, no uso da palavra, cumprimentou o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restante Mesa, as senhoras e os senhores deputados municipais, os senhores Presidentes de Junta, a vereadora e os vereadores, o secretariado, o público presente, e o que estava em casa a acompanhar a sessão, online.-----

Respondendo às questões disse, quanto ao processo dos transportes, que este tem sido complicado em todas as câmaras municipais da Área Metropolitana do Porto, responsável pela gestão do processo. O concelho de Vale de Cambra ficou no lote cinco cujo processo ficou concluído há relativamente pouco tempo, tendo no final do ano sido feita uma publicação de horários, os quais, tanto Vale de Cambra como os restantes quatro municípios do lote cinco, ficaram a conhecer a partir desse dia. Desde logo a Câmara Municipal de Vale de Cambra contestou e apresentou soluções, sempre num espírito de colaboração e entreajuda, articulando-se com a Área Metropolitana do Porto e também com o operador de transportes. Disse ainda que houve durante 40 ou 50 anos o mesmo operador, que, apesar de ir mudando de nome ao longo do tempo, a estrutura foi sempre a mesma e, de um dia para o outro, entrou em funções um grupo espanhol, que não conhece o território, surgindo daí o principal problema, ao qual se associou, por



um lado, a dificuldade em encontrar motoristas e por outro, a dificuldade em ter em tempo útil viaturas de acordo com aquilo que estava previsto no programa de concurso. Crê que os horários poderão vir a sofrer alterações e ajustamentos, como aconteceu com os publicados em dezembro, cuja publicação foi de imediato retirada porque tinha enormes divergências que importava sanar, estando o executivo a tratar do assunto continuamente, para que as rotas e horários fiquem resolvidos para o bem dos utentes. Informou ainda que estava prevista a colocação de sinalética e ainda a existência de uma aplicação online, que permitirá às pessoas saberem praticamente em tempo real, da localização do autocarro e a hora a que vai passar. -----

Quanto à questão da água e do saneamento, afirmou ser uma preocupação não só do Sr. deputado municipal João Carvalho da Silva, mas também sua e da Câmara Municipal, pois tem dito variadíssimas vezes que, para Vale de Cambra ter a cobertura ideal, precisaria neste momento de 40 ou 50 milhões de euros, de momento inexistentes para fazer tão grandiosa obra. Informou que concluíram uma ampliação considerável da rede em vários locais do concelho, estando neste momento outra empreitada em curso, que teve alguns problemas iniciais, já sanados, estando a correr relativamente bem, não fossem as condições meteorológicas que não têm ajudado muito.-----

Disse concordar com o referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, manifestando também os desejos de que seja concluída tão breve quanto possível a totalidade da obra de saneamento nos lugares daquela Freguesia.-----

Quanto à entrega das medalhas que foram deliberadas na Câmara e Assembleia Municipal, informou que a do Professor Alberto Bastos está programada com a respetiva família, para o dia 27 de Abril, não estando ainda definido dia para a entrega às Bandas Filarmónicas. -----

2024.02.09

Sobre as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, concordou que todos querem comemorar condignamente essa data de Abril, estando o executivo e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a preparar o programa das comemorações que ainda não está concluído, porque se pretende que seja um programa alargado, consensual e que também assinale condignamente os 50 anos de Abril e da democracia em Portugal. -----

Sobre o largo da feira quinzenal, concordou que as atuais condições não são as melhores para os feirantes, clientes, na sua maioria Valecambrenses, considerando necessário um projeto para aquele espaço que dê adaptando-o para estacionamento e também para eventos, por ser uma área considerável que poderá obviamente servir para outras realizações, além das duas feiras quinzenais. -----

Quanto ao Centro de Artes e Espetáculos informou que o espaço só pode ser inaugurado após realizadas as vistorias, obtidas todas as licenças obrigatórias, quando o mobiliário estiver instalado, assim como os demais equipamentos e com pessoal que permita o seu funcionamento pleno e haja a correspondente programação, para que a sua abertura possa ser feita com a dignidade que os Valecambrenses merecem. -----

Relativamente à ligação ao nó da A32, pela Zona Industrial de Lordelo/Codal, informou que a construção desse acesso terá de ser feita em articulação com o município de Oliveira de Azeméis, porque cerca de 98% do território da respetiva ligação pertence a Oliveira de Azeméis, devendo ficar vertido no PDM de Oliveira de Azeméis e no de Vale de Cambra, pois não será viável se for somente previsto no PDM de Vale de Cambra, que abrange cerca de 60 metros dessa via. Mais disse que o assunto tem de ser objeto de estudo, através da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. -----



Em resposta às questões da água e do saneamento em Macieira de Cambra, em Algeriz, Lourosa, Padrastos, o Sr. Presidente informou que em Algeriz, a obra está a ter continuidade e continuará até à conclusão dos trabalhos que estão previstos; que em Lourosa, continua em curso o previsto no procedimento, estando o Município a contar com a abertura de novo procedimento para mais duas ou três obras na área do saneamento, uma delas na parte de cima do Cimo da Aldeia para concluir a rede nesse local. Informou que se tenta solucionar em vários pontos do concelho problemas com o abastecimento de água, principalmente os problemas que implicam perdas de água, como aconteceu junto à capela de Macinhata, com o rebentamento da bomba adutora, bem como nos locais onde os tubos da rede precisam de ser substituídos, face à idade e ao correspondente desgaste dos materiais. -----

Quanto à questão da aquisição de uma cisterna, disse que ainda não foi tomada nenhuma decisão, concordando que será uma forma de ajudar a resolver alguns problemas dos municípios, que não estão servidos por redes de saneamento, achando ainda que seria importante fazer uma fiscalização nas zonas onde há redes de água e saneamento, no sentido de obrigar as pessoas a ligar a água e o saneamento, conforme a legislação determina. -----

Sobre a questão dos madeireiros, disse que a situação se constata há muito tempo, não sendo fácil encontrar uma solução, considerando uma falta de respeito e de cuidado contra o que é o bem público e o bem de todos, tendo já feito um despacho no sentido de ser intensificada a fiscalização do comportamento dos madeireiros nas vias públicas, e eventual aplicação de coimas na falta do cumprimento das regras e demais princípios, tendo a GNR, apesar de não ter muitos meios, aplicado coimas de valor relativamente baixo, preferindo muitas vezes, estes madeireiros ou as empresas operadoras deste tipo de atividade, pagar a coima em vez de tomar outro tipo de medidas. Sugeriu a

2024.02.09

criação de um regulamento que permita por um lado, uma intervenção mais apertada por parte da Câmara Municipal e por outro, permita conhecer as regras de funcionamento dessa atividade, pois tem sido um exagero, o prejuízo causado ao erário público, dado que a Câmara Municipal tem procedido à reparação de inúmeros caminhos, melhorando-os e valorizando-os e depois, acabam por ficar novamente danificados, muitas vezes passados poucos dias da sua reparação. ---

Confirmou a intervenção do deputado municipal José Soares Almeida, dizendo que esta foi a constatação de uma realidade, pois apesar de não ser pessoa de puxar dos galões e de se vangloriar em relação ao que a Câmara Municipal fez, confirmou que Vale de Cambra conseguiu aproveitar muito bem os fundos comunitários e, falando em valores absolutos, esta recebeu destas candidaturas, a maior quantidade de dinheiro da sua história, para variadíssimas ações, tanto obras físicas/materiais, como também imateriais, vendo-se agora confrontada com a dificuldade de implementar tantas medidas e tantos projetos que neste momento tem em curso, por ter aproveitado todos os fundos comunitários, não perdendo nenhuma candidatura, nem nenhum fundo comunitário nos seus diversos programas que a Câmara Municipal de Vale de Cambra aproveitou cabalmente ao serviço da sua comunidade.-----

Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, dizendo-lhe que o valor que está previsto na rubrica orçamental para a Alameda da Sr.^a da Saúde respeita somente ao ano em que a obra se inicia, existindo no PPI os restantes valores, porque esta era uma obra que não se iria concluir no ano do seu início. -----

Informou que a questão por si falada relativamente ao PDM, está relacionada com a dificuldade que a Comissão de Coordenação tem em responder a muitas solicitações, dado que a maior parte dos PDM do norte estão em revisão, dificultando, assim, a resposta em tempo útil, não sendo, por isso, somente um



problema de Vale de Cambra, mas de muitos municípios. Explicou que convém desmistificar o entendimento da generalidade das pessoas, que acham que o PDM é elaborado exclusivamente pelos técnicos da Câmara Municipal, quando existem inúmeras entidades externas que dão pareceres e que impõem regras, legislação, como a recente lei dos solos, não sendo a vontade expressa da Câmara Municipal ou dos seus técnicos, que implicam a criação de mais ou menos zonas agrícolas ou mais ou menos zonas urbanas, maiores ou menores áreas de expansão urbana, sendo, sim tudo de acordo com os vários organismos que intervêm na elaboração, na discussão e na regulamentação dos Plano. Neste seguimento e sobre a afirmação "eu vou estar atento porque a Câmara Municipal...", respondeu que no exercício das suas funções como Presidente da Câmara Municipal, mesmo não concordando com uma diretiva, por exemplo do ICNF, tem de a cumprir, nada podendo fazer em relação a essa determinação, acontecendo muitas vezes haver pareceres antagónicos para o mesmo assunto, que exemplificou, havendo dificuldade em entender qual é o posicionamento destas entidades cujos entendimentos não são uniformes.-----

Informou que em relação à praia fluvial de Burgães, falta concluir a revisão do projeto de requalificação do espaço para lançar o procedimento para a realização das obras. -----

Para a instalação da ETAR de Janardo, informou que foi feito o projeto, foram notificados alguns proprietários para encetar negociações dos terrenos fora da aldeia, num sítio quase inócuo, prevendo-se que possa ter um bom desfecho e que a obra possa ser executada aproveitando os recursos financeiros que estão previstos para o próximo ciclo de programação do PT20 30, que em termos de água e saneamento, não contempla o norte do país, conforme já transmitiu à Comissão de Coordenação, à Área Metropolitana do Porto e também aos membros do Governo da Tutela, dizendo-lhe que é muito mau que em Portugal

2024.02.09

existam dois milhões de casas sem saneamento, e um milhão de casas sem água e saneamento e que neste momento as verbas disponíveis para essa área, sejam praticamente residuais e não deem para fazer absolutamente nada ou quase nada. -----

Informou ainda que será remetida aos deputados municipais que o pediram, o processo relativo à Aquisição de Serviços para a elaboração da ORU -Consulta Prévia n.º10/2023. -----

De seguida, o Sr. Presidente deu a palavra ao vereador José Alexandre Pinho que saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, a Vereadora, os Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesia, os colaboradores da Câmara Municipal, o público presente, os munícipes e demais que nos assistem através das redes sociais. -----

Começou por fazer um ponto de situação do processo que envolve a empresa de transportes coletivos UNIR, dizendo que é do conhecimento de todos que tanto os horários como as linhas foram entregues ao executivo da Câmara Municipal em cima da hora e, apesar disso, conseguiram fazer em tempo útil, algumas correções, designadamente nas ligações diretas ao Porto via A32, tendo também feito, durante as primeiras semanas, uma correção relacionada com o acesso e com o transportes às escolas, dado que o desfasamento de horários existente prejudicava os alunos. Acrescentou que atualmente, a informação é manifestamente insuficiente, tendo o executivo já dado nota disso à AMP, tendo sido realizadas reuniões para corrigir, ficando a empresa de fornecer os horários até ao final do ano, o que não aconteceu, tendo havido posteriormente o compromisso de os fornecer até ao carnaval, e aí, sim, puderam ser feitos alguns ajustes que darão uma melhor resposta à população nos horários intermédios. Frisou que o processo é dinâmico, requer uma análise contínua, melhorias

2024.02.09

Relativamente à questão dos recursos humanos e da avaliação de desempenho, disse ter falado com o deputado municipal João Carvalho da Silva, que concordou que no setor privado as coisas são mais fáceis, em comparação com o processo da função pública, bastante complexo, demorado, porque envolve algumas dezenas de avaliadores e cerca de trezentos avaliados, tendo-o informado que o processo de avaliação se encontra na sua fase final, sendo expectável que brevemente seja finalizado. -----

O Sr. Presidente da Mesa atendeu a um pedido de intervenção, feito pelo deputado municipal João Carvalho da Silva, dando-lhe a palavra: -----

O deputado municipal João Carvalho da Silva disse ter pedido para fazer a presente intervenção complementar porque pretende deixar apenas algumas sugestões, sendo a primeira sobre a ligação de Vale de Cambra à A32 e ao PDM dizendo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que neste caso, como referiu, Vale de Cambra depende de Oliveira de Azeméis, sugerindo, assim, que a parte que cabe a Vale de Cambra seja bem feita, disponibilizando-se, bem como a sua bancada, para ajudar naquilo que for necessário, junto do Município de Oliveira de Azeméis, no sentido de se fazer de tudo, frisou, para que esse acesso seja uma realidade, dizendo que não está a falar por falar, mas sim, que se encontra disponível para ajudar para que esse projeto seja uma realidade.-----

Em relação à rede de transportes, disse que na sua análise verificou uma enorme incompetência por parte de quem adjudicou esse serviço, de quem fez o contrato, de quem elaborou o esboço e de quem fez o projeto, que foi a Área Metropolitana do Porto a qual o Sr. Presidente integra e, não podia ter sido detetado o erro depois do serviço estar em execução, mas que, no caderno de encargos devia ter sido colocado tudo, para que as pessoas não passem por dificuldades no seu dia a dia, porque são elas as lesadas.-----



Sobre a avaliação de desempenho, referiu que tem conhecimento que a Câmara Municipal tem trezentos e tal funcionários, mas também conhece empresas que têm dois, três mil funcionários, que têm trezentas chefias e a avaliação de desempenho não falha, sendo, em sua opinião, a avaliação de desempenho fundamental para dar condições de vida aos trabalhadores, o que tem de ser levado muito a sério, porque põe em causa o dia a dia dos trabalhadores do Município, que dão tudo e se entregam porque querem progredir na carreira, querem ter mais condições de vida para melhor alimentarem os seus filhos, fundamentalmente, para poderem progredir nas suas vidas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por findas as intervenções e deu início à Ordem do Dia, com a presença de 28 deputados municipais (21 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia): -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações (RJAL): -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de novembro a 31 de dezembro de 2023. -----

2. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VALE DE CAMBRA: -----

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a presença do Sr. Dr. Manuel António Santos de Oliveira, Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vale de Cambra, e a sua prestimosa intervenção na presente sessão,

2024.02.09

dando-lhe a palavra para a apresentação do Relatório de Atividades 2023 da CPCJ. -----

O Sr. Presidente da CPCJ, Dr. Manuel António Santos de Oliveira, começou por cumprimentar os presentes, dando início à apresentação: -----

“As comissões de proteção de crianças e jovens são instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional que visam alcançar dois objetivos essenciais, promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Regem-se pela Lei 147/99 de 1 de Setembro, atualizada pela Lei 142/2015 de 8 de Setembro, segunda alteração à Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Para cumprir este desiderato protetivo nasce no dia 01/12/1993 a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vale de Cambra, sendo reorganizada em 20/12/2000 pela Portaria n.º 1220 I /2000.-----
A nossa CPCJ tem desde 2010 as suas instalações na avenida Eng.º Ilídio Pinho, no Edifício da Estação Central de Camionagem de Vale de Cambra, com atendimento ao público semanal. Conta ainda com serviço permanente incluindo fins de semana, através de contacto via telemóvel de 24 horas por dia. -----

Ao longo destes trinta e um anos de existência, a CPCJ tem vindo a intervir de forma cada vez mais assertiva, na promoção dos direitos das crianças e jovens do concelho, prevenindo ou pondo termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral das nossas crianças e jovens. -----

Com as novas realidades familiares a mudar vertiginosamente a intervenção torna-se cada vez mais premente, seja na educação precoce para os direitos e valores das crianças e dos jovens, seja no apoio prestado através da equipa multidisciplinar disponibilizada às famílias, cujas crianças ou jovens necessitam do apoio por diferentes serviços locais: Câmara Municipal, Segurança Social,



Ministério da Educação, Serviços de saúde, Instituições particulares de solidariedade social, Forças de segurança e técnicos com formação em serviço social, psicologia, saúde ou direito. -----

Além desta atuação mais direta com as famílias, é também função da CPCJ informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades. É aqui que trabalham diretamente todos os Comissários que pertencem à CPCJ, que são em número de 16, representando os mais diversos organismos públicos e associações existentes na comunidade e para as famílias, promovendo o seu bem-estar.” -----

Este grupo, que inclui 4 cidadãos eleitores com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela Assembleia Municipal, compõem a denominada Comissão Alargada, que reúne mensalmente, sendo dele a responsabilidade das atividades que a CPCJ desenvolve. -----

A Comissão de Proteção na sua modalidade restrita é composta por 5 membros que integram também a Comissão Alargada. São estes membros que avaliam as sinalizações recebidas e que trabalham diretamente com as famílias, os processos de promoção e proteção abertos, sendo que os itens mais importantes de todo o trabalho realizado no ano de 2023, estão espelhados de forma sucinta no presente relatório.” -----

Informou os presentes que no ano passado, a Comissão, à semelhança de 2022, trabalhou 89 processos, tendo sido instaurados 46 novos processos de promoção e proteção e foram arquivados 58, transitando para este ano 26 processos. Mais informou que todos os processos começam por uma sinalização e a grande maioria dos processos de promoção e de proteção, 49 e 63 foram sinalizados via e-mail, seguindo-se 8 por escrito, 5 presenciais e 1 por contacto telefónico. -----

2024.02.09

Referiu que das entidades sinalizadoras, a que mais apresenta casos é a autoridade policial, mas tiveram este ano uma mudança ao receberem 16 sinalizações na forma de anonimato, o que também é possível, devendo a Comissão dar o devido seguimento. A GNR sinaliza na sua grande maioria, casos de violência doméstica, seguindo-se depois casos de jovens a partir dos 15 anos, por absentismo escolar, ou por atitudes ou situações menos próprias, consideradas como crime, principal problemática associada aos processos instaurados no ano de 2023. -----

Explicou que a CPCJ intervém somente com o consentimento das famílias, mas se verificarem que há perigo iminente para a integridade física ou psicológica da criança ou do jovem, a Comissão, assim como outras entidades de primeira linha, podem aplicar o artigo 91, que permite a proteção da criança ou do jovem sem consentimento dos pais. -----

Informou que em 2023, foram analisados em reunião, mais processos de crianças e jovens do sexo feminino do que do sexo masculino, num total de 45 femininos e 35 masculinos, processos que podem ser arquivados pelos Comissários ou então remetidos ao Ministério Público. A Comissão arquivou 55 processos de promoção e proteção, na maioria porque a situação de perigo já não subsistia, havendo alguns que foram arquivados por não haver confirmação da situação denunciada, após avaliação diagnóstica. -----

De 2020 a 2023 foram apenas remetidos ao Ministério Público 4 processos por retirado pelos pais, o consentimento para a intervenção da Comissão, por não concordarem com a aplicação da medida de promoção e proteção. -----

Este elevado número de processos arquivados é considerado muito positivo para a Comissão, para as Instituições, para a comunidade e também para a própria Assembleia Municipal, porque indica que de facto, as famílias aceitam o trabalho



desta Comissão e compreendem, colaborando na solução dos problemas que são detetados. -----

A comissão alargada da CPCJ, teve a iniciativa no ano passado de celebrar o Dia Mundial da Criança, expondo um puzzle sobre os direitos da criança no jardim dos Paços do Concelho e também fizeram uma exposição fabulosa com os alunos do sétimo ano titulada «desafia a tua sombra», com desenhos sobre violência doméstica, composto por 100 trabalhos que de uma forma impressionante conseguiram expor todas e qualquer situação de violência doméstica que possa acontecer. Depois ainda teve uma grande atividade, mais restrita, mas que engrandeceu imenso Vale de Cambra e a própria Comissão, ao participar pela primeira vez num encontro anual de atividades da CPCJ, que decorreu de 17 a 19 de Maio em que apresentaram os trabalhos do “Estenda! dos Direitos” feito pelas crianças, o qual foi muito elogiado. -----

Finalizou informando que a comunidade, as famílias, as Instituições aceitam bem trabalhar com a CPCJ, o que para a Comissão é motivo de orgulho, porque este ano vão avançar com dois novos projetos na comunidade de Vale de Cambra, um que é “A infância mais” da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra e outro que é um roteiro chamado “Roteiro drop”, que vai trabalhar a saúde mental, tendo sido, a CPCJ, um parceiro importante para que estas candidaturas pudessem ter sido validadas, e pudessem ser colocadas em prática pelas instituições que as promoveram.-----

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a apresentação, renovando os seus cumprimentos aos membros que foram eleitos pela Assembleia Municipal e que se dignaram representá-la nesta Comissão, com acrescido esforço, é certo, mas cujo contributo considera prestimoso e muito gratificante. -----

O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra aos deputados municipais. -----

2024.02.09

O deputado municipal José Soares de Almeida enalteceu o trabalho da CPCJ, das instituições do concelho e de todas as pessoas que têm trabalhado em prol da defesa dos direitos das crianças e dos jovens do concelho. -----

De seguida perguntou ao Sr. Dr. Manuel António Oliveira se havia informação sobre a distribuição, em termos de território, dos casos sinalizados, e também como tem sido o impacto associado à mudança da estrutura populacional, se de facto têm aumentado os casos de risco, mantido ou diminuído nos últimos tempos. -----

O deputado municipal João Carvalho da Silva parabenizou a CPCJ pelo trabalho desenvolvido considerando-a uma importante instituição, referindo que só quando as pessoas precisam verdadeiramente de recorrer aos serviços da CPCJ, é que ficam com a noção exata do que ela é, do que ela representa, e da importância que ela tem na sociedade. Considerou brutal o empenho das pessoas, que gratuitamente e de forma espontânea ajudam essa instituição e ao mesmo tempo ajudam a sociedade a ter equilíbrio, para que os jovens sejam protegidos das mais diversas agruras que a vida lhes possa dar. Agradeceu, por isso, em seu nome pessoal, como deputado e como líder da bancada do PSD. ----

O Sr. Presidente da Mesa pediu ao Sr. Dr. Manuel António Oliveira, para intervir, respondendo às questões colocadas, tendo este, **no uso da palavra** agradecido as palavras de elogio à CPCJ, respondendo ao deputado municipal José Soares de Almeida, que a maior parte das sinalizações têm surgido sobretudo no centro da cidade, freguesias de S. Pedro de Castelões, Vila Chã, e um pouco nas restantes freguesias. -----

Aproveitou para lançar um repto aos deputados municipais, em especial aos Presidentes das Juntas de Freguesia, para visitarem as instalações da Comissão, para que se possam inteirar do trabalho desenvolvido, no sentido de o tornar mais abrangente e dessa forma realizado em todas as freguesias, principalmente nas



mais distantes do centro. Considerou que seria interessante para a CPCJ, ter uma presença mais forte nas Juntas de Freguesia podendo nelas também, no mês de abril, comemorar o mês que é dedicado aos maus tratos na infância. -----

Sobre a estrutura populacional, esclareceu que Vale de Cambra tem bastantes imigrantes, mas que a Comissão ainda não recebeu sinalizações, porque, normalmente, as instituições da comunidade tentam resolver os problemas antes de chegar à CPCJ ou, na impossibilidade, sinalizam-os tardiamente, tendo havido um ou dois casos de imigrantes brasileiros, contudo, não tem tido conhecimento que pelo facto de cá estarem, sejam mais um fator de risco. -----

Agradeceu a oportunidade de dar a conhecer o trabalho desta Comissão, convidando os presentes a visitar as instalações, cujas portas, disse, se encontram abertas. -----

Ausentou-se da sessão, por breves momentos, o deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva. -----

3. PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL – 1.º SEMESTRE DE 2023: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que o documento era para conhecimento da Assembleia Municipal, decorrendo da competência tida pela Sociedade de Revisores de Contas, que remete semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo, a informação sobre a respetiva situação económica e financeira. Informou ainda da presença na sessão, do chefe da Divisão Financeira e do Património, Rui Valente, que poderia prestar eventuais esclarecimentos. -----

Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Prestação de Contas semestral – 1.º Semestre de 2023, conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 09/01/2024. -----

Regressou à sessão, o deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva. ---

4. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2023: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente de Câmara Municipal, que no uso da palavra proferiu alguns esclarecimentos sobre a demonstração do desempenho orçamental, sobre o saldo de gerência de 2023, que será incorporado no respetivo orçamento através de revisão orçamental, dizendo que em 2022 havia um saldo de gerência de oito milhões e novecentos mil euros, que sofreu ligeiro um decréscimo, e que, com essa aprovação a Câmara Municipal poderá dar corpo à sua incorporação no orçamento, para começar a sua utilização. -----

Não houve intervenções, sendo o ponto colocado à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o mapa «Demonstração do Desempenho Orçamental» - ano 2023, nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 23/01/2024.----

Ausentou-se durante a apreciação do ponto 5, o deputado municipal José Hermínio Tavares Fernandes. -----

5. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONTRAÇÃO DO EMPRÉSTIMO 1/2023: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente de Câmara Municipal, que no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal tem em curso uma série de projetos financiados por fundos comunitários, e quando lançou esses procedimentos, em termos de cabimento e fundos disponíveis, foi obrigada a ter uma verba afeta a cada uma dessas empreitadas. Assim, entendendo o executivo que não tem que estar a onerar o seu orçamento nem a criar constrangimentos nos investimentos quando pode recorrer à opção de contração de um empréstimo, decidiu fazê-lo exclusivamente para as obras financiadas por fundos comunitários. Clarificou que todas essas obras estão ligadas ou à estratégia local de habitação ou ao plano das comunidades desfavorecidas,



tratando-se de obras que estão perfeitamente definidas, nomeadamente a escola de Cavião, a escola da Lomba, a casa do Ribeiro, a casa da comunidade de Macieira de Cambra, a casa da comunidade de Arões, o projeto da construção da habitação partilhada em Ramilos, que é um investimento de cerca de dois milhões e meio de euros, havendo a necessidade de ter esse dinheiro disponível para o afetar exclusivamente a estas obras, permitindo à Câmara Municipal libertar dinheiro para outros investimentos, nomeadamente para vias, para água e para saneamento, que se assim não fosse, estariam comprometidos com estes financiamentos. -----

Admitiu que podem existir obviamente opiniões contrárias e divergentes, mas considerou que a opção escolhida é uma boa forma de gestão, porque quando os Srs. deputados Municipais pedem mais obras, mais execução, mais trabalhos, mais frentes de investimento, se a Câmara Municipal não tiver essa flexibilidade orçamental e financeira, estaria obviamente condicionada ao avanço das mesmas. Concluiu reforçando que é uma boa opção de gestão a contração do empréstimo, pelo fim a que se destina, que é exclusivamente a sua aplicação nas obras previamente elencadas. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados:-----

O deputado municipal José Soares de Almeida afirmou que, ele próprio e a bancada do CDS, têm defendido que a dívida da Câmara Municipal não deve aumentar, mas sim reduzir, de modo a que a Câmara Municipal tenha uma gestão racional, que permita a redução da dívida e também a sua independência perante as entidades financeiras e que neste ponto, vão votar de uma forma oposta, pelas razões que descreveu. -----

Em primeiro lugar, porque o destino do financiamento é para habitação, e como a habitação atualmente é um desígnio não apenas concelhio, mas também nacional

2024.02.09

e até europeu, considera que é preciso dar condições de dignidade àquelas pessoas que no concelho, ainda não tem condições dignas de habitação.-----

Em segundo lugar, porque a situação financeira equilibrada que a Câmara tem, de momento, comporta perfeitamente a contração do empréstimo, não pondo minimamente em causa as condições de sustentabilidade do Município.-----

Em terceiro lugar, porque o empréstimo está associado ao financiamento de projetos com fundos comunitários, não sendo elegível para fins da definição de limites de endividamento, mas mesmo que o fosse, de acordo com as informações semestrais recebidas para a presente reunião, o limite de endividamento da Câmara Municipal é, em 30 de Junho, de 22,1 milhões de euros, o que, face aos empréstimos que já tem, ainda tem libertos 15,1 milhões de euros para financiamento adicional. -----

Referiu em quarto lugar, que o financiamento vai ser utilizado ao longo do tempo, sendo compensado pelas amortizações que o Município tem feito em relação à dívida que já tem, havendo uma amortização média anual, de setecentos e oitenta mil euros, conseguindo exceder este valor durante este ano, onde amortizaram oitocentos mil euros de dívida, o que praticamente compensa este valor, valor este que ainda vai ser repartido por três anos. -----

Salientou que o financiamento não põe em causa quaisquer outros investimentos, o que é importante, e que o Município vai levar a cabo esse projeto no âmbito da construção de habitação com fundos comunitários, e também para não lhe associar fundos próprios, para não pôr em causa outros investimentos e outras despesas que têm em carteira, não pondo em causa as gerações futuras, existindo uma perfeita equidade intergeracional. -----

Também explicou que o financiamento foi concedido com boas condições, com uma taxa de juro Euribor a 12 meses, um spread de 0,25% que, se for comparado com o último financiamento, aprovado aquando da compra da concessão do



[Handwritten signature]

parque de estacionamento subterrâneo, na altura aquele foi contraído à Euribor a 12 meses, mas com um spread de 1,45%, ou seja, muito mais caro, e portanto, isso também permite de certo modo utilizar este financiamento muito mais barato, e amortizar outros empréstimos que têm taxas de juro muito mais elevadas. -----

Por último, ficou satisfeito por saber que o financiamento será efetuado pela Caixa de Crédito Agrícola Mutuo, uma entidade do concelho, que teve mérito num concurso aberto e competitivo a todas as entidades financeiras, sendo uma contribuição do Município para a economia local. -----

A deputada municipal Ana Raquel Pinheiro cumprimentou todos os presentes.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse que a sua bancada considerava que qualquer dinheiro extra era dinheiro mal gasto, e que a melhor proposta de empréstimo era a não existência de recurso ao endividamento. -----

Perguntou-lhe se o saldo de gerência não chegava para suprir essa necessidade, porque estão a falar de 15% do mesmo. Fazendo referência e alertando, como sempre, para o tópico da sustentabilidade financeira, questionou onde estava esta mesma sustentabilidade. -----

Concluiu dizendo que a sua bancada não concordou com essa flexibilidade financeira, que foi o termo que o Sr. Presidente usou, porque consideraram que o montante disponível do saldo gerência seria mais do que suficiente, não considerando que a contração deste empréstimo seja, de todo, uma gestão racional.-----

O deputado municipal João Carvalho da Silva recordou que em setembro do ano passado, depois de ouvir a explanação técnica ou pormenorizada do líder da bancada do CDS/PP, ficou com a nítida sensação que a Câmara Municipal tinha uma boa situação financeira e acreditou que seria verdade. Naquela altura, disse que não iriam precisar de um empréstimo, o que se veio a verificar nem demorou meio ano. -----

2024.02.09

Referiu ser contra a contratação do empréstimo, em primeiro lugar porque o Sr. Presidente vai acabar o seu mandato e o empréstimo ainda estará por pagar, e em segundo lugar, porque concordou com a deputada Ana Raquel, quando esta disse que o saldo de gerência é mais do que suficiente para executar essa obra. - - Apesar de ser completamente a favor dos projetos em questão e de todos os que sejam o pilar da construção de habitação no concelho, é contra o modo como eles têm de ser financiados e, em sua opinião se o executivo tivesse pedido um empréstimo arrojado para resolver o problema da água e do saneamento, que pudesse pôr em prática um projeto global e que acabasse com um problema básico, embora custasse muito mais dinheiro, perceberia o investimento, no presente caso não consegue perceber. -----

Mais uma vez frisou, para que fique claro para os Valecambrenses, que é favorável ao projeto, mas contra a forma do seu financiamento, afirmando que iria votar contra, dando, contudo, razão ao deputado municipal José Soares de Almeida, no referido por este em relação às taxas serem excelentes, considerando também muito bom ter sido uma entidade bancária do concelho a vencer o concurso. -----

O deputado municipal José Soares de Almeida interveio novamente para se manifestar quanto às duas opiniões proferidas sobre a aplicação do Saldo de Gerência, dizendo que a sua bancada tem uma opinião contrária à das bancadas do PS e PSD, pois que concordava com a proposta feita pelo executivo municipal, expressa no ponto seguinte da OT, relativamente à aplicação do saldo de gerência para um melhor aproveitamento dos fundos. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu novamente a palavra ao Sr. Presidente de Câmara Municipal para um esclarecimento adicional, dizendo este que quem está na oposição, tem sempre a tendência de se exigir que se faça, mas não se diz como, sendo sempre fácil dar sugestões e sugerir que se deve pavimentar o



espaço da feira, que se deve fazer obras para água e saneamento, que se deve fazer casas para as pessoas, que se deve ter as ruas impecáveis e que se deve ter tudo de uma forma irrepreensível! Sugestões com as quais concorda, mas para que tal aconteça, é preciso que existam meios, achando que foi claro em relação à contratação do empréstimo, porque, como disse, estão em causa obras financiadas pelo PRR, com um considerável valor associado, sendo esta mais uma conquista da Câmara CDS que apresentou uma candidatura robusta à estratégia local de habitação, que foi financiada e contemplada com fundos comunitários. -----

Juntamente com outros municípios, também conseguiram para o projeto das comunidades desfavorecidas, 3,6 milhões de euros, que têm de ser consubstanciados em obras com execução física. Considerou que, dispor de valores significativos na ordem dos 5, 6, 7 ou mais milhões de euros de financiamento comunitário, embora isso dependa da execução e de vários fatores, a Câmara Municipal ficará com esse valor disponível e pode ter um orçamento liberto destas obras que vão ser executadas, e ter também um financiamento de uma instituição bancária exclusivamente para isso, permitindo que outros projetos possam avançar, como para a melhoria das ruas, inclusive o que os senhores tanto pediram, que é a ampliação da rede de água e saneamento. -----

Esclareceu ainda que os oito milhões de euros que são libertados no saldo de gerência, não serão aplicados exclusivamente em investimento, porque parte desse valor já está comprometido com salários, com energia, com refeições escolares, com ação social, entre outras rubricas cujo valor era insuficiente aquando da apresentação do plano de atividades e orçamento para 2024; com a incorporação desse saldo de gerência, as rubricas serão reforçadas e não sobram os oito milhões de euros referidos, não sobra um grande “bolo”, sendo para si,

2024.02.09

uma questão de gestão e o empréstimo é considerado um reforço para aproveitar até ao limite, todos os fundos comunitários. -----

Concluiu referindo que a contratação do empréstimo foi feita a pensar nos Valecambrenses e naquelas pessoas que mais necessitam. -----

A Assembleia Municipal, com os votos contra de Jorge Tiago Pinho, Ana Raquel Pinheiro e Ricardo Filipe Aguiar da bancada do PS, João Carvalho da Silva, Rosária Leite Tavares e Daniel Martins Barbosa da bancada do PSD e a abstenção da deputada municipal do PSD, Ana Catarina Costa, **deliberou**, por maioria absoluta dos 27 membros presentes, **aprovar a contração do empréstimo 1/2023 e a assunção do compromisso plurianual associado**, no valor de novecentos e setenta e três mil euros, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL e nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 23/01/2024. -----

Declaração de voto da Bancada do PS, proferido pela deputada municipal, Raquel Pinheiro: “Votamos contra porque, por mais que seja um custo adicional residual para a Câmara Municipal, é um empréstimo desnecessário e pouco recomendável à boa gestão. Somos a favor do projeto mas não concordamos com a sua gestão.” -----

Regressou à sessão, o deputado municipal José Hermínio Tavares Fernandes. -----

6. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DO ORÇAMENTO 2024: -----\

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que explicou que na alteração orçamental foi feita a incorporação do saldo nas rubricas que tinham valores insuficientes, ficando reforçadas dada a dotação insuficiente aquando da apresentação do orçamento para 2024. -----

O Sr. Presidente da Mesa, para intervir sobre o assunto, deu a palavra aos deputados municipais: -----



A deputada municipal Ana Raquel Pinheiro comentou que a Câmara Municipal continua a não privilegiar investimentos estratégicos com a presente alteração orçamental modificativa ou se o faz, não os insere numa estratégia global para o concelho. Acrescentou que a sua bancada tem sérias dúvidas, de que o orçamento seja verdadeiramente executado, porque tem vindo a assistir sempre a baixíssimas execuções. A título de exemplo, referiu que tinha sido investido no ano de 2023 em água e saneamento, segundo os seus dados, cerca de cem mil euros quando a Câmara Municipal tinha disponível, quinhentos mil euros. -----

Não houve mais intervenções. -----

A Assembleia Municipal, com os votos contra de Jorge Tiago Pinho, Ana Raquel Pinheiro, José Hermínio Fernandes e Ricardo Filipe Aguiar da bancada do PS, João Carvalho da Silva, Rosária Leite Tavares e Daniel Martins Barbosa da bancada do PSD, deliberou por maioria dos 28 membros presentes, **aprovar a alteração Orçamental Modificativa do Orçamento 2024**, conforme o disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL e nos exatos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 23/01/2024. -----

Declaração de voto da Bancada do PS, proferido pela deputada municipal, Raquel Pinheiro: “Esta bancada vota contra pelo que já dissemos na última sessão da Assembleia Municipal. Mais uma vez, a alteração orçamental modificativa não assenta numa estratégia bem definida para Vale de Cambra.”-----

Declaração de voto do deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Vítor de Sousa Tavares: “Convicto do cumprimento dos compromissos assumidos por parte desta Câmara Municipal, na Freguesia de Macieira de Cambra, votei favoravelmente este orçamento tendo como principal objetivo, defender os interesses da minha Freguesia.” -----

Ausentou-se da sessão, por breves momentos, o deputado municipal Sérgio Miguel Santos Soares. -----

7. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE VALE DE CAMBRA: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que o regulamento já existia, sendo as alterações consequência do processo de descentralização da educação, em função do que está previsto na legislação. -----

Não houve mais intervenções. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, aprovar o Regulamento das Atividades de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e da Ação Social Escolar da Rede Pública do Concelho de Vale de Cambra, ao abrigo da alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL, de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 31/10/2023. -----

Regressou à sessão, o deputado municipal Sérgio Miguel Santos Soares. ----

8. TOPONÍMIA – FREGUESIA DE ARÕES: ALTERAÇÃO NOS LIMITES DO LUGAR DE ARÕES: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que referiu que as alterações de toponímia são da responsabilidade das freguesias que as propõe, devendo ser aprovadas pela Assembleia Municipal, por imperativo legal. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração dos limites do lugar de Arões, na Freguesia de Arões, conforme plantas de localização e ao abrigo da alínea r) do artigo 25.º do RJAL, de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 27/12/2023. -----

9. TOPONÍMIA – FREGUESIA DE JUNQUEIRA: CRIAÇÃO DO LUGAR DE ARESTAL: -----



A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a criação do lugar do Arestal, na Freguesia de Junqueira, conforme plantas de localização e ao abrigo da alínea r) do artigo 25.º do RJAL, de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 23/01/2024. -----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

Do público presente, registou-se uma intervenção:-----

O munícipe António Augusto Tavares Carvalho, de Lourosa, freguesia de Macieira de Cambra, pediu informações sobre as obras da rede de saneamento na parte de cima de Lourosa, se estas ainda iam demorar muito, qual era a estratégia, e se não seria melhor colocar tapete, para não se andar sempre a remendar buracos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que a haverá um lançamento de um concurso para uma segunda fase da obra de saneamento, que prevê seja feito brevemente. Sobre o pavimento, o procedimento em curso contempla a pavimentação integral da via, deixando de haver os tais buracos e remendos, facto que não agrada a quem lá passa, inclusive a si mesmo, que também por lá passa, sabendo por isso, perfeitamente em que condições está aquela via. -----

APROVAÇÃO DO TEXTO E RESPETIVAS MINUTAS: -----

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos vinte e oito membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta da ata que lhes foi distribuída. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de vinte e oito deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas vinte duas horas e trinta e quatro minutos, da qual se lavrou a presente

2024.02.09

minuta da ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.-----

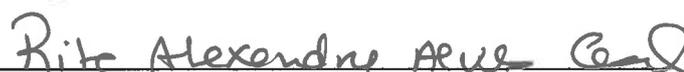
O Presidente

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'R' with a horizontal line through it, enclosed in a large oval shape.

O 1º Secretário

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Miguel Harold Santos Silva'.

A 2ª Secretária

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita Alexandre Alves Costa'.